



# Anais da Assembléia

N.º 148

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, EM 19 DE NOVEMBRO DE 1976.

ANO II

## 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA ATA DA 227.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 19 DE NOVEMBRO DE 1976.

SEXTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Del Ciel, secretariada pelos Senhores Deputados Antônio Facci e Lúcio Machado.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Fidelcino Tolentino, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Domício Scaramella, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lineu Turra, Lúcio Machado, Muggiati Filho, Nilso Squarezi, Osvaldo Macedo, Trajano Bastos e Wilson Fortes (28); achando-se ausentes os Senhores Deputados Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Fabiano Braga Côrtes, Fuad Nacli, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, João Cioni Netto, Lázaro Dumont, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho e Werner Wanderer (25).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Del Ciel) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Del Ciel) Não há expediente a ser lido. Passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença de 28 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 234/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 258/76, Mensagem n.º 68/76, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de ARARUNA, objetivando a execução de reparos em prédios onde funcionam DIVERSOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO do referido município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado, artigo por artigo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, convocando outra para segunda-feira, dia 22, às 14,00 horas, com a seguinte

### ORDEM DO DIA:

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução N.º 234/76.

Levanta-se a sessão.

## 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA ATA DA 228.ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 19 DE NOVEMBRO DE 1976.

SEXTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Del Ciel, secretariada pelos Senhores Deputados Jurandir Messias e Lúcio Machado.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Fidelcino Tolentino, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Domício Scaramella, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lineu Turra, Lúcio Machado, Muggiati Filho, Nilso Squarezi, Osvaldo Macedo, Trajano Bastos e Wilson Fortes (28); achando-se ausentes os Senhores Deputados Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Fabiano Braga Côrtes, Fuad Nacli, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, João Cioni Netto, Lázaro Dumont, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho e Werner Wanderer (25).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Del Ciel) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

### REQUERIMENTOS:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, a inserção em Ata, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Engenheiro e Empresário Londrinense MITOMU SIMAMURA, ocorrido ontem em São Paulo.

Formado na Escola Politécnica de São Paulo, MITOMU SIMAMURA, veio em 1952 para Londrina onde exerceu as funções de Presidente da Associação Cultural e Esportiva de Londrina, Vice-Presidente da Liga Desportiva Paranaense. Era membro fundador do Rotary Londrina-Norte e, até o ano passado, exercia as funções de Presidente do Rotary Londrina-Norte. Atualmente presidia a Mitomu Simamura Daiwa-House, empresa ligada a uma das maiores construtoras do Japão.

Pede-se também, que da decisão do Plenário, dê-se ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 19 de novembro de 1976.

(a) JORGE SATO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando das atribuições regimentais, requer um voto de profundo pesar pelo

infausto passamento do Senhor MIGUEL KIMITA, ocorrido na cidade de Paula Freitas, no dia 27 de outubro de 1.976.

Candidato a Prefeito Municipal, assassinado em plena campanha eleitoral.

Ao registrar o infausto acontecimento, o subscritor deste, requer que esta deliberação seja comunicada à família, em Paula Freitas.

Sala das Sessões, em 19 de novembro de 1976.

(a) DOMÍCIO SCARAMELLA.

# PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 136/76.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

## DECRETA:

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Fundação Instituto de Terras e Cartografia, a área de terras, 121 hectares aproximadamente, reservadas como patrimônio histórico do Estado, pela Lei n.º 33, de 17 de janeiro de 1948, denominadas ruínas de Santo Inácio, na confluência do rio Santo Inácio, no rio Paranapanema, no município de Santo Inácio.

Art. 2.º - A fundação donatária se obriga a titular a área de terras doada aos seus ocupantes, nos limites da posse que exercem, mediante o pagamento do preço corrente dobrado pela fundação.

Art. 3.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de novembro de 1976.

(a) Ivo Thomazoni.

## JUSTIFICATIVA:

A área de terras que se pretende seja doada ao Instituto de Terras e Cartografia, para ser transferida aos seus colonos posseiros, reservada como patrimônio histórico do Estado, em 1948, de há muito perdeu as características que se exige para que um bem tenha esta destinação.

A época de sua reserva não tínhamos aparelhamento, estrutura para a preservação do remanescente das então ruínas jesuíticas de Santo Inácio.

Na realidade o remanescente das ruínas não existe mais; a área foi ocupada por colonos que lá se instalaram e cultivam a terra, que está assim distribuída: JOSÉ BARBOSA DA SILVA, 8 alqueires, lote n.º 1; JOSÉ ANDRADE DA SILVA, 5 alqueires, lote n.º 2; CLEMENTE FERREIRA, 8 alqueires, lote n.º 3; ANTÔNIO VIDAL DE ARRUDA, 10 alqueires, lote n.º 4; JOSÉ GEMINIANO, 5 alqueires, lote n.º 5; ALÍPIO DOS SANTOS, 5 alqueires, lote n.º 6; SEBASTIÃO RODRIGUES MEDEIROS, 4 alqueires, lote n.º 7; MARIA PEREIRA DE MATOS, 5 alqueires, lote n.º 8.

Justo é que os órgãos públicos reconheçam a realidade, fazendo cessar as restrições que hoje sofre a área e que não têm mais razão de ser.

A aprovação do presente plano de lei, virá ensejar a que se dê a solução jurídica a uma situação de fato, em relação à qual o poder público não poderá omitir-se.

O SR. PRESIDENTE (Del Ciel) — Está finda a leitura do expediente.

Esta Presidência, antes de passar para o Pequeno Expediente, registra a honrosa visita do eminente Presidente do Diretório Municipal do MDB, Sr. João Martins de Oliveira. Ao Sr. João, as boas vindas a esta Casa.

Com a palavra o Sr. Gabriel Manoel, primeiro orador inscrito.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos nesta tribuna para discorrer sobre fato que houve em Carlópolis, a nossa cidade.

Quando a junta apuradora procedeu a contagem dos votos daquela cidade, onde numa disputa renhida contavam-se os votos, S. Exa., o Sr. Juiz de Direito não dava acesso aos fiscais, aos delegados de Partido.

Só que, Sr. Presidente, Srs. Deputados, naquela reunião uma pessoa, completamente estranha, completamente descredenciada, sem credenciais, procedia à apuração das eleições de 15 de novembro passado, em Carlópolis.

Queríamos, para conhecimento do Paraná e lisura do futuro, chamar a atenção da imprensa paranaense, ao fazer esta denúncia.

Talvez não tenha sido por má fé, dos responsáveis pela apuração.

É que o Sr. João Caetano, Oficial de Justiça sem credenciais e mais duas pessoas completamente estranhas à Mesa apuradora, contavam os votos carimbados, os votos nulos e faziam a seu bel prazer a contagem para o seu candidato.

Recorrendo à Justiça da Comarca de Carlópolis, que indeferiu o nosso pedido, recorremos para a Justiça Eleitoral, para o Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Curitiba e também queremos alertar para um telegrama que vamos passar ao Sr. Ministro da Justiça, para que se proceda uma investigação, para que haja a verdade sobre as eleições de Carlópolis, onde pessoa sem credencial, a seu bel prazer, talvez, não sabemos, se agindo honestamente ou desonestamente, dera uma votação, fizera uma miraculosa arte, onde a Justiça, onde os fiscais tolhidos por S. Exa. o Sr. Juiz Presidente da Junta apuradora, não puderam fiscalizá-la.

É neste instante e neste momento, Sr. Presidente, é neste instante imprensa do Paraná, é neste instante, Sr. Ministro da Justiça, que proclamamos para a Justiça numa revolução, quando os fiscais são afastados de uma junta apuradora, quando delegados de partido, não podendo participar, para verificar, se um elemento completamente estranho estava manipulando e fazendo tudo a seu bel prazer, no instante em que são tolhidos os direitos dos cidadãos, os direitos dos homens livres, é que nós ficamos estarecidos.

Não queremos culpar S. Exa. o Sr. Juiz de Direito, mas queremos culpá-lo por negligência e por ter dado acesso a um elemento completamente descredenciado, Sr. Presidente e imprensa do Paraná.

Se a corrupção campeia, a Justiça não pode acobertar, se corrupção houve, há de ser participado o Sr. Ministro da Justiça, para que se proceda uma investigação dentro das normas que regem o direito da Justiça Eleitoral.

Porque não é possível, num País democrático, numa cidade democrática, um Juiz de Direito, tolher o acesso dos fiscais, levar três elementos estranhos, inclusive, a sua senhora, para dentro do recinto da Junta apuradora, não dando acesso para os fiscais, Sr. Presidente. E depois, numa miraculosa arte, deturpar os fatos e não respeitar...

O SR. PRESIDENTE (Del Ciel) — A Presidência comunica ao nobre orador, que lhe resta um minuto para concluir sua oração.

O SR. GABRIEL MANOEL — ... de não respeitar, Sr. Presidente, as credenciais por ele assinadas, deixando os fiscais a três metros da Junta apuradora, a título de não tumultuar não dando acesso, e não respeitando os delegados de partido.

Sr. Presidente, o que nós sentimos, é a falta de coordenação e a falta, Sr. Presidente, de respeito com os fiscais, e dando, Sr. Presidente, a este moço, João Caetano, Oficial de Justiça, sem credencial, o direito de contar votos brancos e nulos.

É neste instante, que nós precisamos de justiça, é neste instante que nós gritamos e clamamos contra a corrupção; e é neste instante, que vamos telegrafar a S. Exa. o Sr. Ministro

da Justiça para que proceda uma investigação em Carlópolis.

Ou então, nós vamos descrever da democracia, e da lisura daquele Poder Judiciário.

Muito obrigado, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Del Ciel) — Encerrado o Pequeno Expediente, esta Presidência consulta à ARENA se deseja utilizar o seu tempo.

E consulta ao Eminentíssimo Líder do MDB, se pretende usar o tempo reservado para a liderança. (Declina).

O SR. PRESIDENTE (Del Ciel) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 28 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente.

Necessita de apoio.— Apoiado.— Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — (Pela Ordem) Sr. Presidente solicito a chamada nominal dos Senhores Deputados para verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE (Del Ciel) — A Mesa defere. O Sr. 1.º Secretário procederá a chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida a chamada)

Responderam a chamada 28 Senhores Deputados. Há quorum para a continuidade da sessão e conseqüente votação.

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 107/75, visando estabelecer por Decreto o percentual das destinações de recursos, referentes às Taxas de Segurança e Saúde Pública, que constituem receitas do Fundo de Reequipamento do Departamento de Trânsito — FUNRESTRAN, conforme especifica.— **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 107/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

#### DECRETA:

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a estabelecer por Decreto o percentual das destinações de recursos, referentes às Taxas de Segurança e Saúde Pública, que constituem receitas do Fundo de Reequipamento do Departamento de Trânsito — FUNRESTRAN, criado pela Lei n.º 6264, de 10 de janeiro de 1972, do Fundo de Reequipamento da Polícia Civil — FUNRESPOL, criado pela Lei n.º 6102, de 27 de maio de 1970 e do Fundo Especial de Reequipamento Médico Sanitário — FUNRESAN, criado pela Lei n.º 6361, de 21 de dezembro de 1972.

Art. 2.º - O artigo 3.º da Lei n.º 6264, de 10 de janeiro de 1972, alterado pela Lei n.º 6470, de 22 de outubro de 1973, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3.º - O Fundo de Reequipamento do Departamento de Trânsito — FUNRESTRAN, será administrado por um Conselho Diretor, constituído pelo Secretário de Segurança Pública, como Presidente nato, tendo como membros o Diretor do Departamento de Trânsito, na qualidade de Vice-

Presidente nato, o Diretor Geral da Secretaria de Segurança Pública, o Comandante do Batalhão de Controle de Tráfego — PMEP, o Chefe da 4.ª Seção do Estado Maior Geral, o Assessor de Planejamento do DETRAN, o Assessor Jurídico do DETRAN e um representante da Secretaria das Finanças.

Art. 3.º - Fica expressamente revogado o artigo 6.º da Lei n.º 6264, de 10 de janeiro de 1972.

Art. 4.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 04 de novembro de 1976.

(aa) Basílio Zanusso, Presidente;

Lineu Turra, Relator.

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 179/75, visando transferir à Companhia de Telecomunicações do Paraná — TELEPAR, uma área de terras, com 27.713,00 m<sup>2</sup> (vinte e sete mil, setecentos e treze metros quadrados) de propriedade do Estado, situada no bairro do Atuba, município de Curitiba. **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 179/75.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná,

#### DECRETA:

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a transferir à Companhia de Telecomunicações do Paraná — TELEPAR, uma área de terras, sem benfeitorias, de propriedade do Estado, compreendida pela transcrição n.º 18206, do Livro 3R, do Cartório de Registro de Imóveis da 4.ª Circunscrição da Comarca da Capital do Estado do Paraná, situada no Bairro do Atuba, município de Curitiba, terreno constituído de campo, com a seguinte descrição: "Da estaca 0 - P.P. até a estaca 1, limita-se com terras do Governo do Estado do Paraná, numa distância de 257,20 m., com rumo 86º 05' NE. Da estaca 1 até a estaca 2, limita-se com a Companhia de Telecomunicações do Paraná — TELEPAR, numa distância de 180,00 m. com deflexão de 90º 00' à direita. Da estaca 2 até a estaca 3, limita-se com a antiga estrada da Graciosa, numa distância de 20m., com deflexão de 98º 46' Dir. Na mesma confrontação mediu-se: Da estaca 3 até a estaca 4, 38,00 m., com deflexão de 1º 50' Dir. Da estaca 5 até a estaca 6, 21,00 m., com deflexão de 27º 04' esq. Da estaca 7 até a estaca 0 - P.P., mediu-se 57,00 m., no limite da margem do Rio Atuba (retificado), com a deflexão de 49º 25' Dir., onde chegou-se ao início, fechando o perímetro, dando um total de 27.713,00 m<sup>2</sup>, (vinte e sete mil, setecentos e treze metros quadrados).

Art. 2.º - A transferência de que trata o artigo anterior é procedida a título de integralização, por parte do Estado do Paraná, em futuro aumento de capital da Companhia de Telecomunicações do Paraná — TELEPAR, mediante prévia avaliação e preenchimento de todas as formalidades previstas pela legislação pertinente.

Art. 3.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 04 de novembro de 1976.

(aa) Basílio Zanusso, Presidente;

Lineu Turra, Relator.

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 99/76, que autoriza a Sociedade Rural do Paraná, a doar área de terras ao Sindicato

Rural de Londrina, com sede no referido município. **Aprovado**

**REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI N.º 99/76**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1.º - Fica a Sociedade Rural do Paraná autorizada a doar ao Sindicato Rural de Londrina, parte do terreno de sua propriedade, adquirido por doação do Estado, conforme Escritura Pública lavrada no 1.º Tabelião de Londrina e transcrito sob n.º 24.891, do Registro de Imóveis do 1.º Ofício da Comarca de Londrina, mediante autorização e condições estatuídas na Lei n.º 6262, de 06 de janeiro de 1972.

Art. 2.º - A parte de terras a ser doada pela Sociedade Rural do Paraná, objeto desta autorização legislativa, é restrita e específica a uma área de 7.230,14 m<sup>2</sup> (sete mil, duzentos e trinta vírgula quatorze metros quadrados), situando-se na cabeceira do lote 107-B, da Gleba Cambé, com as seguintes confrontações:

- principia na BR-369, na divisa do lote 107-A, segue confrontando com esse rumo NE 33º10SW, com 100,78 metros desse ponto segue confrontando com o remanescente do lote 107-B, no rumo SE 64.º00NW, com a distância de 65,51 metros daí segue confrontando com a chácara A, da sub-divisão do lote 107-B, no rumo SW 25.º25NE, com a distância de 100 metros, desse ponto segue confrontando com a BR-369, com rumo NW 64º00SE, com a distância de 79,10 metros, até o ponto de partida.

Art. 3.º - O Sindicato Rural de Londrina destinará o imóvel a receber em doação, para construir prédios destinados à sua sede, ambulatório médico com leitos para casos de emergência, farmácia, gabinete dentário e outros destinos ao atendimento do trabalhador rural.

§ 1.º - As construções e manutenção dos prédios e serviços mencionados neste artigo poderão ser realizados às suas expensas ou através de convênios, contratos ou concessões, com outras entidades oficiais.

§ 2.º - As condições estabelecidas neste artigo, atinentes à destinação do imóvel a ser doado, deverão constar da respectiva escritura de doação.

Art. 4.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 04 de novembro de 1976.

(aa) Basílio Zanusso, Presidente;  
Lineu Turra, Relator.

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 102/76, que declara de utilidade pública a MONTEPREVI — Sociedade Previdenciária, com sede e foro nesta Capital. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI N.º 102/76.**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública a MONTEPREVI — Sociedade Previdenciária, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 04 de novembro de 1976.

(aa) Basílio Zanusso, Presidente; Lineu Turra, Relator.

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 113/76, que declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância "SÃO SEBASTIÃO", com sede na cidade de CLEVELÂNDIA. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI N.º 113/76.**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância — SÃO SEBASTIÃO, com sede e foro na cidade de Clevelândia.

Art. 2.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 04 de novembro de 1976.

(aa) Basílio Zanusso, Presidente;  
Lineu Turra, Relator.

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 116/76, que cria no município de CASCAVEL, o Distrito Administrativo de LINDOESTE. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI N.º 116/76.**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

**D E C R E T A:**

Art. 1.º - Fica criado no município de Cascavel, o Distrito Administrativo de LINDOESTE, compreendendo as localidades de Alvorada D'Oeste e Cielito, com as seguintes divisas:

- Começa no marco divisório das glebas 2 e 3, no Rio Gonçalves Dias, descendo por este, margem esquerda, até a divisa intermunicipal de Cascavel - Capitão Leônidas Marques, deste ponto segue em direção Leste e sempre por esta divisa seca, até o Rio Andrada, segue daí pela sua margem direita, até o marco divisório das glebas 5 e 2, deste ponto segue em direção Oeste pelas divisas destas glebas, até encontrar o Rio da Paz, descendo por este, margem esquerda, até encontrar novamente o marco divisório das glebas 2 e 3, seguindo daí em direção Oeste, por esta divisa seca, até o Rio Gonçalves Dias, ponto inicial da demarcação.

Art. 2.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 04 de novembro de 1976.

(aa) Basílio Zanusso, Presidente;  
Lineu Turra, Relator.

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução n.º 153/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de CAMPO MOURÃO, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 153/76.**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E:**

Art. 1.º - Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 29 de junho de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, a Superintendência do Controle da Erosão no Paraná — SUCEPAR,

e o município de Campo Mourão, objetivando a execução de obras de controle à erosão urbana, na sede do referido município.

Art. 2.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Sala das Comissões, em 04 de novembro de 1976.

(aa) Basílio Zanusso, Presidente;  
Lineu Turra, Relator.

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução n.º 181/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de RIBEIRÃO DO PINHAL, objetivando execução de reparos em próprio estadual daquela comuna. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 181/76.**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E:**

Art. 1.º - Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 31 de dezembro de 1975, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de Ribeirão do Pinhal, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual de Ribeirão do Pinhal, da sede do referido município.

Art. 2.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Sala das Comissões, em 04 de novembro de 1976.

(aa) Basílio Zanusso, Presidente;  
Lineu Turra, Relator.

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução n.º 187/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de CALIFÓRNIA, objetivando reparos nos prédios onde funcionam o Ginásio Estadual Talita Bresolin e a Unidade Escolar, que especifica. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 187/76.**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

**R E S O L V E:**

Art. 1.º - Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 31 de dezembro de 1975, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o Município de CALIFÓRNIA, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Ginásio Estadual Talita Bresolin e a Unidade Escolar, da sede do referido Município.

Art. 2.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Sala das Comissões, em 04 de novembro de 1976.

(aa) Basílio Zanusso, Presidente;  
Lineu Turra, Relator.

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução n.º 191/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de NOVA CANTU, objetivando reparos em próprio estadual naquela comuna. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 191/76.**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E:**

Art. 1.º - Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 05 de maio de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o municí-

pio de NOVA CANTU, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Rui Barbosa, da sede do referido município.

Art. 2.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Sala das Comissões, em 04 de novembro de 1976.

(aa) Basílio Zanusso, Presidente;  
Lineu Turra, Relator.

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução n.º 200/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de PIRAÍ DO SUL, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Leandro Manoel da Costa, do referido município. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 200/76.**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

**R E S O L V E:**

Art. 1.º - Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 17 de março de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de PIRAÍ DO SUL, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Leandro Manoel da Costa, da sede do referido município.

Art. 2.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Sala das Comissões, em 04 de novembro de 1976.

(aa) Basílio Zanusso, Presidente;  
Lineu Turra, Relator.

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução n.º 201/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de Sengés, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam diversas unidades escolares daquela comuna. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 201/76.**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E:**

Art. 1.º - Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 01 de abril de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de Sengés, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam a Casa Escolar de Porto Felício Corrêa, a Casa Escolar Rui Barbosa, a Casa Escolar Serraria Velha e o Grupo Escolar Erasmo Braga, do referido município.

Art. 2.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Sala das Comissões, em 04 de novembro de 1976.

(aa) Basílio Zanusso, Presidente;  
Lineu Turra, Relator.

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução n.º 202/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de Barbosa Ferraz, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam diversas unidades escolares daquela comuna. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 202/76.**  
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**RESOLVE:**

**Art. 1.º** - Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 03 de novembro de 1975, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de Barbosa Ferraz, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Corumbataí do Sul, o Ginásio Estadual Machado de Assis e o Grupo Escolar de Curilândia, da sede do referido município.

**Art. 2.º** - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Sala das Comissões, em 04 de novembro de 1976.  
(aa) Basílio Zanusso, Presidente;  
Lineu Turra, Relator.

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução n.º 203/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de LEÓPOLIS, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam unidades escolares daquela comuna.—Aprovado

**REDAÇÃO FINAL DO**

**PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 203/76**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**RESOLVE:**

**Art. 1.º** - Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 29 de dezembro de 1975, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de LEÓPOLIS, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Maria José Pegoraro de Souza, o Ginásio Estadual Dom João VI e a Unidade Sanitária, da sede do referido município.

**Art. 2.º** - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Sala das Comissões, em 04 de novembro de 1976.  
(aa) Basílio Zanusso, Presidente;  
Lineu Turra, Relator.

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução n.º 204/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de MEDIANEIRA, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam unidades escolares daquela comuna.—Aprovado.

**REDAÇÃO FINAL DO**

**PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 204/76.**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná,

**RESOLVE:**

**Art. 1.º** - Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 29 de dezembro de 1975, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de MEDIANEIRA, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam a Escola São Paulo, a Escola Henrique Dias, a Escola Presidente Vargas, a Escola Nossa Senhora da Salette, a Escola Santos Dumont e a Escola Padre Vieira, do referido município.

**Art. 2.º** - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Sala das Comissões, em 04 de novembro de 1976.  
(aa) Basílio Zanusso, Presidente;  
Lineu Turra, Relator.

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução n.º 205/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município

de PORECATU, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Núcleo Social do referido município. Aprovado

**REDAÇÃO FINAL DO**

**PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 205/76**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**RESOLVE:**

**Art. 1.º** - Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 29 de dezembro de 1975, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de PORECATU, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Núcleo Social, da sede do referido município.

**Art. 2.º** - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Sala das Comissões, em 04 de novembro de 1976.  
(aa) Basílio Zanusso, Presidente,  
Lineu Turra, Relator.

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução n.º 206/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de SAPOPEMA, objetivando execução de reparos em prédio onde funcionam diversos estabelecimentos de ensino daquele município.—Aprovado.

**REDAÇÃO FINAL DO**

**PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 206/76.**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**RESOLVE:**

**Art. 1.º** - Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 22 de setembro de 1975, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de SAPOPEMA, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam a Escola Municipal Capinzal, a Escola Municipal Lajeado Liso, a Escola Municipal Cordeiros, a Escola Municipal Rodeio Bonito, a Escola Vida Nova e a Escola Lambari, do referido município.

**Art. 2.º** - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Sala das Comissões, em 04 de novembro de 1976.  
(aa) Basílio Zanusso, Presidente;  
Lineu Turra, Relator.

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução n.º 207/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, e o município de CRUZEIRO DO OESTE, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município.—Aprovado.

**REDAÇÃO FINAL DO**

**PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 207/76**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**RESOLVE:**

**Art. 1.º** - Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 30 de junho de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, a Superintendência do Controle da Erosão no Paraná — SUCEPAR, e o município de CRUZEIRO DO SUL, objetivando a execução de obras de controle à erosão urbana, na sede do referido município.

**Art. 2.º** - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Sala das Comissões, em 04 de novembro de 1976.  
(aa) Basílio Zanusso, Presidente;  
Lineu Turra, Relator.

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução n.º 208/76, que

aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de SANTA FÉ, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona a unidade sanitária, do referido município.— **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 208/76.**  
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E:**

Art. 1.º - Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 07 de maio de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de SANTA FÉ, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona a Unidade Sanitária, da sede do referido município.

Art. 2.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Sala das Comissões, em 04 de novembro de 1976.

(aa) Basílio Zanusso, Presidente;  
Lineu Turra, Relator.

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução n.º 209/76, que aprova o Termo de Re-ratificação ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de UMUARAMA, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana no referido município.— **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 209/76.**  
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E:**

Art. 1.º - Fica aprovado o Termo de re-ratificação datado de 23/07/76, ao Convênio celebrado em 13/05/76, entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, a Superintendência do Controle da Erosão no Paraná — SUCEPAR, e o município de UMUARAMA, objetivando a execução de obras de controle à erosão urbana, na sede do referido município.

Art. 2.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Sala das Comissões, em 04 de novembro de 1976.

(aa) Basílio Zanusso, Presidente;  
Lineu Turra, Relator.

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução n.º 210/76, que aprova o Termo de Re-ratificação ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de ICARAIMA, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana no referido município.— **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 210/76.**  
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E:**

Art. 1.º - Fica aprovado o Termo de re-ratificação datado de 23/07/76, ao Convênio celebrado em 9/06/76, entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, a Superintendência do Controle da Erosão no Paraná — SUCEPAR, e o município de ICARAIMA, objetivando a execução de obras de controle à erosão urbana, na sede do referido município.

Art. 2.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Sala das Comissões, em 04 de novembro de 1976.

(aa) Basílio Zanusso, Presidente;  
Lineu Turra, Relator.

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução n.º 211/76,

que aprova o Termo Aditivo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, e o município de GUARANIAÇU, objetivando construção de prédio para DELEGACIA DE POLÍCIA E CADEIA PÚBLICA local.— **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 211/76.**  
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E:**

Art. 1.º - Fica aprovado o Termo Aditivo de Convênio datado de 28 de janeiro de 1976, ao Convênio celebrado em 28 de dezembro de 1973, entre o Governo do Estado, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, e o município de GUARANIAÇU objetivando construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município.

Art. 2.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 04 de novembro de 1976.

(aa) Basílio Zanusso, Presidente;  
Lineu Turra, Relator.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 232/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 364/76, Mensagem n.º 108/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de ASSAÍ, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o GRUPO ESCOLAR DIOGO ANTÔNIO FEIJÓ, da sede do referido município.— Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 233/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 369/76, Mensagem n.º 108/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração onde funciona o GINÁSIO ESTADUAL e o GRUPO ESCOLAR daquele município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 235/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 304/76, Mensagem n.º 78/76, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, a Superintendência do Controle da Erosão no Paraná — SUCEPAR, e o município de FLORAÍ, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado**, artigo por artigo.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — (Pela Ordem) Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Del Ciel) Será procedida a verificação de votação requerida pelo Sr. Deputado Domício Scaramella.

Os Srs. Deputados que aprovam o Projeto de Resolução n.º 235/76, queiram se conservar sentados.

10 Srs. Deputados aprovaram e 10 rejeitaram.

Não havendo quorum para a votação da 2.ª DISCUSSÃO do Projeto de Resolução n.º 235/76, permanece em discussão para a próxima sessão, ou até que haja quorum durante esta sessão.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 236/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 314/76, Mensagem n.º 88/76, do Poder Executivo, que



aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, a Superintendência do Controle da Erosão no Paraná — SUCEPAR, e o município de LOANDA, objetivando obras de controle à erosão urbana, no referido município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.— Encerrada a discussão.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 112/76, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 118/76, de proposta Orçamentária em que estima a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício financeiro de 1.977.— Parecer favorável da C.O., por unanimidade.— Encerrada a discussão.

### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

Parecer ao Projeto de Lei N.º 112/76.

O Excelentíssimo Senhor Governador do Estado enviou a esta Assembléia Legislativa, Proposta de Orçamento Anual para o exercício de 1977, através da Mensagem Governamental n.º 118/76, que passamos a analisar:

#### 1. — RECEITA

A Receita prevista para o exercício financeiro de 1977, é de Cr\$ 12.051.360.000,00, dividida em receitas correntes e receitas de capital, na proporção de 72,5 por cento, para as primeiras e 27,5 por cento, para as últimas.

A maior parte do total da receita prevista para o próximo exercício, refere-se à arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM) principal fonte carreadora de recursos, no Estado.

#### 2. — DESPESA

A Despesa prevista, no mesmo total da receita, distribui percentuais de 56,5 por cento, para as Despesas Correntes e 43,5 por cento, para as Despesas de Capital, atendendo à manutenção de equilíbrio perfeito, garantindo, assim, a liquidez do Tesouro, o que irá, por certo possibilitar o cumprimento dos cronogramas de desembolso dos órgãos e a realização do plano de obras previsto para o exercício.

#### 3. — PROPOSTA

A proposta orçamentária que ora nos é dada a analisar, foi executada com vistas a aumentar a capacidade de investimento do Estado, diretriz fundamental para que o governo possa atuar de forma mais eficaz na promoção ou desenvolvimento estadual. O nível de endividamento, não obstante empréstimos contraídos, foi mantido rigorosamente compatível com a capacidade de amortização.

Há que ser notada palpável modernização e efficientização na elaboração da proposta, onde vários fatores atuaram no sentido de fazer face, altaneiramente, às novas condições sócio-econômicas vigentes. Dentre essas situações cumpre destacar a explosão demográfica que tem experimentado nosso Estado o que constitui-se em fator permanente de preocupação pois deve-se adequar as previsões orçamentárias sem deixar de lado o aumento crescente da população e de consequência os aumentos compreensíveis das suas necessidades. Nota-se daí um acréscimo considerável nas dotações destinadas a determinadas Secretarias para que seus órgãos possam embasar-se ao enfrentar novas realidades.

#### 4. — ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO

Concomitantemente ao aparecimento dos denominados Planos de Desenvolvimento, surgiram as aprimorações das

técnicas de planejamento que, em primeira instância, foram autogeradoras de dinâmica para o processo orçamentário. É o caso da programação orçamentária, que, à falta de mecanismos sofisticados de planejamento econômico, foi em muitos lugares a primeira e fundamental peça de elaboração do plano, ainda que restringida totalmente ao setor público. O Orçamento do setor público, ao refletir os recursos financeiros a serem aplicados em um exercício, constitui, sem sombra de dúvidas, um excepcional instrumento de planejamento, uma vez que sua formulação, apresentação e execução realizadas de modo tal que permitam o dimensionamento, a identificação e o seguimento dos objetivos coerentes e coordenados, compatíveis com a política governamental.

E foi o que se viu aqui.

Desse modo, o presente Projeto de Lei, estriba todo o processo de planejamento na existência de seus programas e projetos, estabelecendo uma estrutura programática captadora dos programas, de seus objetivos e metas, atribuindo os recursos, tanto financeiros como reais para a sua concretização.

Não deixa de ser o presente Orçamento-Programa, um elemento de síntese, de fácil manuseio e que permite melhores condições de fiscalização, deixando de ser um amontoado de números e códigos que em outras épocas se constituía em elemento de utilidade tão somente para financistas e economistas.

#### 5. — EMENDAS

Foram recebidas pela Comissão de Orçamento durante o prazo aberto para esta finalidade, dez emendas, subscritas pelos seus autores em que agora apreciamos:

#### EMENDAS N.º 1 a 7

Subscritas pelos Senhores Deputados Enéas Faria (n.º 1 e 2); Lineu Turra (n.º 3) e Antônio Facci (n.ºs 4, 5, 6 e 7), todas na Programação à cargo do Departamento de Estradas de Rodagem, da Secretaria de Estado dos Transportes, dentro do Código 3702.16885312.851, que trata da integração das diversas regiões do Estado aos corredores de exportação pelas rodovias programadas no plano de Lei que ora examinamos. Pretendem os ilustres autores, sejam acrescentadas, além das programadas, as pavimentações asfálticas das rodovias que ligam as seguintes localidades:— Astorga-Santa Fé; Iguaraçu-Santa Fé; Palmeira-São João do Triunfo-São Mateus do Sul; Campo Mourão-Roncador; BR 369 e Mamburê; Maringá-Santo Inácio e Umuarama-Santa Izabel do Ivaí.

A programação constante do presente Orçamento advém de um planejamento realizado pelo Governo do Estado, tomando em conta as prioridades paranaenses. Note-se que, para incluir para o próximo exercício, a pavimentação asfáltica das rodovias mencionadas às fls. 337, realizou-se cálculo das despesas ocorrentes, perfazendo total de Cr\$ 1.588.115,00. Se acrescentarmos outras rodovias às já planejadas, algumas das constantes do Orçamento Programa para 1977 serão preteridas o que caracterizaria uma incoerência do legislador que pretenderia, sem atentar para o plano governamental, beneficiar determinada região em detrimento de outras. Por esse motivo somos pela rejeição dessas Emendas, embora ressalvemos aqui, a boa intenção de seus autores, que verão, sem dúvida, essas rodovias incluídas em próximos exercícios.

Emenda n.º 8 — de autoria do nobre Deputado Accioly Neto, pretende a supressão do § 2.º do artigo 9.º. O referido parágrafo diz que: "As movimentações de recursos decorrentes da autorização contida nesse artigo não será computada para efeito do limite fixado no artigo 7.º".

Se atentarmos para a mencionada autorização contida no artigo 7.º, notaremos que a mesma trata de abertura de créditos suplementares e não de remanejamento de dotações



incluídas no Orçamento do Estado, motivo pelo qual, não deve prosperar a Emenda, visto que o dispositivo foi colocado no § 2.º do artigo 9.º tão somente para ressaltar a diferença existente entre uma e outra prerrogativa. Nosso parecer é pela rejeição da Emenda número 8.

**Emenda n.º 9** — de autoria do nobre Deputado Accioly Neto, pretende alterar a redação dada ao inciso II, do parágrafo único do artigo 5.º, pretendendo evitar que o Exmo. Sr. Governador do Estado, proceda alterações e ajustes orçamentários, por transposição de parcelas dentro das mesmas dotações, sem autorização legislativa. Isso feito, estará impedido o Sr. Governador do Estado do remanejamento analítico orçamentário de cada órgão do Executivo. Verifique-se ainda, que os demais poderes sempre tiveram e ainda possuem poderes para isso. Pelo fato mesmo, somos pela rejeição da Emenda número 9. Por outro lado, a autorização Legislativa que se procura impor para tais casos é pretendida no presente Plano de Lei e, uma vez votado, estará suprida a lacuna apontada pelo ilustre parlamentar.

**Emenda n.º 10** — de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, pretende a supressão da íntegra do artigo 7.º e seus parágrafos. Trata-se de autorização deste Legislativo, para abertura de Créditos até o limite de 30 por cento da despesa orçamentária, importância esta já creditada à receita. Como não se pode, por dispositivo constitucional, com iniciativa do Legislativo, aumentar despesas ou alterar receita, nos parece conflitar com a Lei Maior o contido na Emenda do nobre Deputado, mais ainda pelo exposto na Lei número 4320/62 em seu artigo 43, que regula a matéria aqui tratada. Pela rejeição da Emenda número 10, é o parecer.

## 6 — CONCLUSÃO

Face ao exposto, concluímos pela aprovação integral do Projeto de Lei Orçamentária Anual, rejeitadas todas as Emendas a ele oferecidas.

Sala das Comissões, em 17 de novembro de 1976

(aa) JORGE SATO — Presidente

EGON PUDELL — Relator

ANTÔNIO FACCI

LÁZARO DUMONT

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Miguel Kimita Netto, ocorrido na cidade de Paula Freitas. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Mitomu Simamura, ocorrido em São Paulo. — APROVADO.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a...

O SR. PAULO CAMARGO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel) Com a palavra o Presidente Paulo Camargo.

O SR. PAULO CAMARGO — Pela importância que tem a votação do Orçamento por esta Assembléia, eu requeiro a V. Exa. que marque uma Sessão Extraordinária para amanhã, às 14,30 horas, para a Assembléia ter oportunidade de apreciar o Orçamento, se não, fatalmente, nós perderemos o prazo.

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel) Esta Presidência solicita ao Deputado requerente, observando que não há quorum para decidir o que, na condição de Presidente efetivo da Casa, assumo a Presidência, e, com plenos poderes, programe a Sessão Extraordinária.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — A Presidência suspende a Sessão por cinco minutos, e convoca os Líderes de Partidos, para se reunirem com a Comissão Executiva. (É Reaberta a Sessão).

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 22, à hora regimental, com a seguinte

## ORDEM DO DIA:

VOTAÇÃO EM 2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução números 235 e 236/76.

VOTAÇÃO EM 1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 112/76.

Levanta-se a Sessão.